



## RESUMO DO CONSELHO GERAL (CG) de 15/12/2025

Ordem de trabalhos:

I- Análise/Aprovação do Plano Anual de Atividades 2025/26;

II- Operacionalização da Educação para a Cidadania - Ao nível do agrupamento de escolas ou escola não agrupada (ponto 5.1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 127/2025 de 29/08)

a) A definição de orientações e critérios para a elaboração da Estratégia de Educação para a Cidadania da Escola;

b) A aprovação da Estratégia de Educação para a Cidadania da Escola.

III- Apreçar os resultados do processo de autoavaliação

IV- Outros Assuntos.

### Ponto I

O Plano Anual de Atividades 2025/2026 (PAA) foi aprovado por unanimidade.

Foi destacado que o PAA foi elaborado e é avaliado no programa Inovar, é de fácil consulta e apresenta uma estrutura consistente e articulada. Resulta da participação e reflexão de todos os elementos da comunidade, com compromisso e corresponsabilização, com o objetivo de difundir uma cultura de escola que se pretende participativa, proporcionando aos alunos uma formação abrangente.

O representante dos alunos considerou que divulgação do PAA deverá ser feita de uma forma mais acessível e intuitiva, de modo a ter maior impacto junto da comunidade educativa, como “Conta de Instagram. Esta proposta foi aceite com agrado pelos elementos do Conselho Geral, tendo a diretora, proposto a realização de uma reunião entre o aluno e a professora Adriana Fernandes, responsável pela operacionalização da página do agrupamento, para que esta se integrasse da sugestão e em conjunto delinear uma forma de efetivar esta solução.

### Ponto II

A Estratégia de Educação para a Cidadania do AERDL foi aprovado por unanimidade.

A diretora salientou que este documento devia estar pronto até setembro, altura em que o ano letivo começou, pelo que não houve tempo para auscultar a comunidade educativa, já que aquela estratégia é uma responsabilidade de todos na escola e deve estar apoiada numa abordagem que envolva alunos, docentes, famílias e comunidade, na sala de aula, na cultura da escola e na relação com a comunidade.

Por esse motivo o Conselho Pedagógico decidiu:

selecionar as Aprendizagens Essenciais a desenvolver em cada um dos anos de escolaridade; definir os anos de escolaridade em que cada uma das dimensões de Educação para a Cidadania, incluídas no 2.º grupo, serão desenvolvidas e que constam no anexo 1 da Estratégia de Educação para a Cidadania do AERDL; o modo de organização do trabalho; as parcerias a estabelecer com entidades da comunidade, privilegiando as já existentes, numa perspetiva de trabalho em rede, em função das necessidades dos conteúdos que integram as diferentes dimensões, com vista à concretização dos projetos; os critérios de avaliação das aprendizagens dos alunos definindo indicadores de avaliação, objetivos e incorporando

a articulação curricular e a interdisciplinaridade devendo considerar o impacto da participação dos alunos nas atividades realizadas na escola e na comunidade. Foi ainda considerado aplicar o Artigo 22.º do DL nº 55/2018 de 6 de julho.

No seguimento do atrás referido a presidente do CG informou que também tinha sido elaborado à posteriori as “Orientações e critérios para a elaboração da Estratégia de Educação para a Cidadania do AERDL”

Foi reforçado que a componente de Cidadania e Desenvolvimento, constitui-se como uma área de trabalho transversal, de articulação disciplinar, com abordagem de natureza interdisciplinar e mobiliza os contributos de diferentes componentes de currículo, pelo que os temas da Educação para a Cidadania são abordados noutras disciplinas, coexistindo interdisciplinaridade.

O CG concluiu que o documento vai ao encontro das Orientações e critérios para a elaboração da Estratégia de Educação para a Cidadania AERDL. Constitui um documento conciso, agregador, exequível e de fácil apropriação e operacionalidade, articulando a ENEC, as Aprendizagens Essenciais, a cultura do Agrupamento, as metas e objetivos do Projeto Educativo. Propõe um processo contínuo de avaliação e monitorização do seu impacto na cultura escolar e na participação ativa dos alunos, tendo como objetivo final formar cidadãos informados, participativos, críticos e responsáveis, que valorizem a igualdade, a tolerância, a solidariedade e o respeito pelos direitos humanos. A Estratégia de Educação para a Cidadania é alcançada através do envolvimento de toda a comunidade escolar e da articulação de competências curriculares e atividades extracurriculares para o desenvolvimento de um clima de confiança e participação democrática.

### **Ponto III**

Foi feita a análise do Plano de Ações de Melhoria (PAM), que resultou do Relatório de Autoavaliação 2021/2022 e articulações com o Relatório de Avaliação Externa emanado da IGEC, o PAM Final de 2024/2025 e o Relatório do Observatório de Qualidade de 2024/2025. Foi elaborado pela Equipa de Autoavaliação e pelas Equipas Operacionais em articulação com a Direção.

Este documento, engloba um conjunto de estratégias cuja principal finalidade é a melhoria do funcionamento e do desempenho do agrupamento.

Ação de Melhoria 1: melhorar a dinâmica do trabalho colaborativo entre docentes do departamento/subdepartamento - estimular a articulação horizontal e vertical. Reforçar o papel das lideranças pedagógicas. Instituir a observação da prática educativa e letiva;

Ação de Melhoria 2: generalizar a avaliação formativa e diferenciação pedagógica;

Ação de Melhoria 3: monitorizar as medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão que contribuam para a melhoria sustentada das aprendizagens e dos resultados (escritórios de estudo, apoios, tutorias, etc.);

Ação de Melhoria 4: melhorar a gestão do PND e Ação de Melhoria 5: aumentar a auscultação/participação dos alunos tendo em vista um maior envolvimento nos processos de tomada de decisão e resolução de situações de indisciplina.

Foram identificados os principais aspetos a melhorar e feita referência à análise dos resultados do Observatório de Qualidade do PAM 2024/2025 tendo-se evidenciado uma evolução globalmente positiva face ao ano letivo anterior, com exceção da Ação de Melhoria 4.

Foi ainda apresentada a síntese dos resultados, mais e menos positivos, organizada por Ação de Melhoria. A diretora informou que atualmente os assistentes operacionais, pertencem à autarquia, por esse motivo a formação é responsabilidade da Câmara, contudo, há cerca de um ano a autarquia já inclui algumas ações propostas pelas direções. No entanto, há alguma insatisfação por parte dos funcionários porque as vagas são poucas e não conseguem satisfazer as necessidades de todos. Salientou o facto de as ações serem realizadas em tempo letivo. Um outro aspeto que referiu foi o facto de na escola Secundária Rainha Dona Leonor haver uma empresa que efetua a limpeza e nas restantes escolas isso não acontecer, sendo realizada pelas assistentes operacionais o que gera alguma desigualdade entre escolas. Esta decisão não depende da direção e não lhe parece que esteja para breve a resolução da situação.

A representante do pessoal não docente Márcia Cavalcanti referiu que, a responsável pelas assistentes operacionais na Escola Básica Eugénio dos Santos, tem conhecimento do descontentamento das funcionárias, salientando que têm excesso de trabalho, o que as impossibilita de fazerem um maior acompanhamento junto dos alunos

A representante da junta de freguesia de Alvalade, Ana Costenla disse ter oportunidade de oferecer alguma formação para as assistentes operacionais do jardim de infância e talvez fosse interessante para as funcionárias dos estabelecimentos de ensino afetas ao 1º Ciclo, mas tem de saber qual será o melhor horário. A diretora informou que terá de ser visto caso a caso no que diz respeito ao jardim de infância, pois não convém ser durante o horário dos alunos. Nos restantes ciclos, embora tenha de ser visto escola a escola, há um período em que há sobreposição de funcionários, retirando obviamente os horários de almoço. A educadora Teresa Liz considerou ser mais apropriado estas ações decorrerem durante as interrupções letivas.

A diretora informou que o grupo de Informática, fez uma série de jogos para os alunos mais pequenos conhecerem o lema do agrupamento, já que apenas 34% dos alunos referiram conhecê-lo. O representante dos alunos reafirmou que a maior parte dos alunos não tem noção do lema, uma vez que o plano, até ao momento, não foi bem divulgado.

A Diretora Informou que estamos a iniciar o novo projeto de autoavaliação pelo que vão ser feitos novos questionários, assim como a sua análise documental para encontrar as fragilidades.

#### **Ponto IV**

O representante dos pais e encarregados de educação, da EB dos Coruchéus, João Nabais, disse ser bastante crítico relativamente às greves nas escolas, e também com a falta de assistentes operacionais, pois está a afetar as aprendizagens. Têm sido bastante vocais no pedido de mais funcionárias e têm deixado isso bem patente através de assinaturas para conseguirem levar o tema a debate na Assembleia da República. Agradeceu os esforços feitos pela junta de freguesia de Alvalade, na pessoa de Ana Costenla e da professora Hermínia Silva, Diretora do Agrupamento. A diretora reforçou que seria importante levar o assunto à Confederação Nacional de Pais, para que se consiga subir nas hierarquias e assim pressionar o governo a tomar decisões.

A Presidente, Liliana Domingues

A Secretária, Isabel Almeida